



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Conselho dos Julgados de Paz

Declaração n.º 26/2014

Dr.ª Maria Fernanda Tripa Carretas, Juiz de Paz do Julgado de Paz do Seixal, renovada a sua nomeação como Juiz de Paz, agora por um período

de cinco anos, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07, por Deliberação do Conselho dos Julgados de Paz de 21 de janeiro de 2014.

Sem necessidade de nova posse, visto que continua colocada no Julgado de Paz do Seixal.

31 de janeiro de 2014. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, juiz conselheiro.

207586059



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Biblioteca Nacional de Portugal

Aviso n.º 2065/2014

Em cumprimento do estabelecido na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, cessou o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado a 31 de dezembro de 2013, a trabalhadora Maria Fernanda Galão Quaresma Amante, assistente técnica do mapa de pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo regulado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho.

28 de janeiro de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Inês Cordeiro*.
207584699

Direção-Geral do Património Cultural

Despacho (extrato) n.º 2157/2014

Por despacho de 29 de janeiro de 2014, da Diretora-Geral do Património Cultural, atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio e na Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, e 64/2011, de 22 de dezembro, foi nomeada, em regime de substituição, com efeitos a 01 de fevereiro de 2014, como diretora do Museu da Música, a Licenciada Graça Maria de Rezende Mendes Pinto de Drummond Ludovice, cuja nota curricular publicada em anexo demonstra aptidão e o perfil adequados ao exercício do cargo, mantendo as funções de coordenação da Galeria do Rei D. Luís.

30 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Diogo*.

Nota curricular

Dados pessoais

Nome: Graça Maria de Rezende Mendes Pinto de Drummond Ludovice

Categoria: Técnico Superior (Assessor Principal)

Nacionalidade: Portuguesa

Formação académica

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1981).

Outra formação

Pós-graduação em Museologia e Conservação (Curso de Conservador de Museu) Secretaria de Estado da Cultura/Instituto Português do Património Cultural (1984).

Percurso profissional

1984 — Inicia as funções de conservadora do Palácio Nacional da Ajuda, museu, ingressando no seu quadro em 1988.

1994 — Ingressa no Instituto Português de Museus

1998 — Requisitada para exercer funções de Conservadora na Direção do Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém.

2003 — Retoma as suas funções de Técnico Superior, carreira de conservador, no quadro de pessoal do IPM.

2007 — Nomeada Coordenadora da Galeria do Rei D. Luís I no Palácio Nacional da Ajuda.

Experiência profissional

No Palácio Nacional da Ajuda — (1984-1994)

Inicia em 1984 as funções de conservadora do Palácio Nacional da Ajuda. Estudou e classificou centenas de peças de todas as coleções deste acervo, e exerceu funções de assessoria e substituição da Diretora em todas as atividades, incluindo as de representação nas cerimónias da Presidência da República.

Participou em todas as exposições organizadas pelo palácio entre 1984 e 1994: “Tesouros Reais”, (nomeada vogal do comissariado pelo Secretário de Estado da Cultura sendo posteriormente agraciada com um louvor); “D. Luís Duque do Porto e Rei de Portugal”; “Jóias do quotidiano da Família Real”; “Reservas da Ajuda na Fundação Calouste Gulbenkian Porcelana Europeia”; “A América na Ajuda”; “Visitas Reais entre as Cortes Portuguesa e Britânica 1902-1910” (Por este trabalho foi agraciada pelo Governo Britânico com a “Royal Victorian Medal”).

Selecionou peças a adquirir em leilões representando o Palácio nessas aquisições. Integrou o júri de vários procedimentos concursais do PNA.

Instituto Português de Museus (1994-1998)

Assessoria à Direção nos contactos internacionais e no apoio técnico a museus portugueses exteriores ao IPM.

Nomeada comissária adjunta para a realização no Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, de exposições por ocasião da campanha de imagem do ICEP “Portugal/ Brasil”; Coleção Manuel de Brito”; MASP, em São Paulo e no “MAM, no Rio de Janeiro; “Fado Vozes e Sombras”, Museu da Imagem e do Som, São Paulo e no MAM, no Rio de Janeiro. “; O Naturalismo” e Rafael Bordallo Pinheiro” na Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Fundação Centro Cultural de Belém/ Centro de Exposições (1998-2003)

Exerceu funções de Conservadora na Direção do Centro de Exposições do Centro Cultural de Belém,

Durante cinco anos é a conservadora responsável pela produção e coordenação de cerca de metade das exposições da programação anual do Centro de Exposições.

Em 1999 com a integração da coleção de design no CCB fica responsável pela inventariação e estudo da coleção bem como do restauro de todo o acervo.

Elaborou a estrutura museológica e definiu a museografia para a sua apresentação em exposição permanente nas duas apresentações permanentes da coleção no CCB (1999 e 2002). Criou as reservas temáticas para a coleção.

Instituto Português de Museus (2003-2013)

Representa o IPM em diversificados projetos museológicos, designadamente da exposição “Artistas Viajantes e o Brasil no séc. XI realizada no Museu Nacional de Soares e posteriormente na Galeria do Rei D. Luís I. Desempenha paralelamente funções de Assessoria à Direção.

No âmbito do programa Cultura/Emprego, Ministério da Cultura/Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, leciona as disciplinas de Museologia e de Montagem de Exposições.

Em outubro de 2007 é nomeada Coordenadora da Galeria do Rei D. Luís I no Palácio Nacional da Ajuda. Desde então assegura uma programação e o acompanhamento de todas as iniciativas que nela decorrem gerindo a articulação das diversas áreas, inicialmente do IMC atualmente da DGPC. Neste âmbito desempenhou funções de comissária executiva das seguintes exposições: “Arte e Cultura do Império Russo nas Coleções do Hermitage de Pedro o Grande, a Nicolau II; José Saramago “A Consistência dos Sonhos”; “Obras de Referência dos Museus da Madeira”; “Prémios de fotografia de Espanha”; “VIACRUCIS, A Paixão de Cristo”.

Na área de mecenato desenvolve várias parcerias.

Coordenadora do projeto “A minha escola adota um museu, um palácio, um monumento” (DGE/DGPC).

Participação em várias publicações científicas.

Membro de júri em diversos procedimentos concursais.

É membro de várias associações de âmbito museológico.

207584609

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 2158/2014

1 — Nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, artigo 11.º, n.º 1, e artigo 16.º, alínea a), todos do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonerado das funções de motorista do meu Gabinete Artur Jorge Gomes, assistente operacional da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, nomeado para exercer funções através do meu despacho n.º 9890/2013, de 19 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 144, de 29 de julho de 2013.

2 — O ora exonerado desempenhou com rigor e empenhamento as funções para que foi designado.

3 — O presente despacho produz efeitos a 31 de janeiro de 2014.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

31 de janeiro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

207586286

Autoridade Tributária e Aduaneira

Aviso n.º 2066/2014

Por despacho de 10 de dezembro de 2013, da Senhora Subdiretora-Geral da Área de Recursos Humanos e Formação, Leonor Carvalho Duarte, (substituto legal do Senhor Diretor-Geral) da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência do Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de Especialista de Informática grau 2, nível 1 de Pedro Emanuel de Campos Copeto Gomes, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções nos serviços centrais, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 60.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

29 de janeiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

207584552

Aviso n.º 2067/2014

Considerando o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, na redação dada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, foi renovada, por despacho do diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, a comissão de serviço do licenciado João Manuel da Conceição Palma, no cargo de diretor de finanças-adjunto de Faro.

31 de janeiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

207585679

Aviso n.º 2068/2014

Por despacho de 9 de janeiro de 2014, da Senhora Subdiretora-Geral da Área de Recursos Humanos e Formação, Leonor Carvalho Duarte, (substituto legal do Senhor Diretor-Geral) da Autoridade Tributária e Aduaneira, e após anuência do Diretor Regional de Cultura do Norte, foi autorizada a mobilidade interna na categoria de assistente técnico de Luís Alexandre Rodrigues Gonçalves, no mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, para exercer funções na Direção de Finanças de Bragança, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 60.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, com efeitos a 1 de fevereiro de 2014.

31 de janeiro de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Pinheiro*.

207585054

Despacho n.º 2159/2014

Delegação de competências

Ao abrigo do disposto no artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 42/83, de 20/5, do artigo 35.º a 41.º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 62.º do Lei Geral Tributária, delego nos chefes de finanças adjuntos, relativamente aos serviços e áreas a seguir indicadas, a competência para a prática dos seguintes atos:

1 — Chefia das Secções:

3.ª Secção — Justiça Tributária — Carlos Alberto Melão Martins Moreira, técnico de administração tributária nível 2, chefe de finanças adjunto em regime de substituição.

4.ª Secção — Cobrança — António Luís da Silva Rodrigues, técnico de administração tributária nível 2, chefe de finanças adjunto em regime de substituição.

2 — Atribuição de competências aos chefes das secções sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas pelo Chefe do Serviço ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhes atribui o artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de maio, e que é assegurar, sob a minha orientação e supervisão, o funcionamento das secções e exercer a adequada ação formativa e disciplinar relativa aos trabalhadores, competirá.

2.1 — De caráter Geral:

a) Assinar e distribuir documentos que tenham natureza de expediente diário;

b) Verificar e controlar os serviços de forma a serem respeitados os prazos fixados quer legalmente quer pelas instâncias superiores;

c) Providenciar que sejam prestadas com rapidez todas as respostas e informações pedidas pelas diversas entidades;

d) Tomar as providências necessárias para que os utentes sejam atendidos com prontidão, urbanidade, responsabilidade e qualidade, gerindo e disciplinando o atendimento;

e) Proferir despachos de mero expediente, incluindo os de distribuição ou de indeferimento de pedidos de certidões e de cadernetas prediais, controlando também a respetiva cobrança de emolumentos e a remessa atempada das certidões requeridas pelos tribunais;

f) Assinar a correspondência expedida pela secção, com exceção da dirigida a entidades hierarquicamente superiores exceto de ofícios que envolvam matéria reservada e ou confidencial;

g) Assinar os mandados de notificação e as notificações a efetuar por via postal;

h) Verificar e controlar todos os serviços a cargo da secção, incluindo os não delegados, tendo em vista a sua perfeita e atempada execução;

i) Instruir, informar e dar parecer sobre quaisquer pedidos, reclamações, recursos, petições ou exposições, em matéria tributária, incluindo pareceres, propostas e projetos de decisão para audição prévia, nos termos do artigo 60.º da Lei Geral Tributária;

j) Orientar e controlar a organização e conservação do arquivo respeitante aos documentos relativos aos serviços adstritos à secção;

k) Coordenar e controlar a execução do serviço mensal, bem como a elaboração de relações, tabelas, mapas e outros, respeitantes ou relacionados com os serviços respetivos de modo a assegurar a sua remessa atempada às entidades destinatárias;

l) Levantar autos de notícia relativos a infrações de que tenham conhecimento, controlar e verificar os procedimentos dos processos de redução de coimas nos termos do artigo 29.º do RGIT, observando o disposto nos artigos 30.º e 31.º do referido Regime, relativamente às infrações detetadas na área tributária abrangida pela secção;

m) Controlar a produtividade dos serviços a seu cargo, de forma a serem atingidos os objetivos fixados nos Planos de Atividade;

n) Controlar a utilização racional das aplicações informáticas relativas aos assuntos da secção a seu cargo, bem como de todo o equipamento adstrito à secção;